

DO PEDAGÓGICO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – TRABALHO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFTM – CAMPUS UBERLÂNDIA

Nísia Maria Teresa Salles¹
Eduardo Paolazzi²
Izabelly Santana Guimarães³
Michelle Santos de Jesus⁴
Ana Carolina Conceição Leal de Souza⁵

RESUMO

A assistência estudantil no âmbito do IFTM – Campus Uberlândia se constitui como um programa de apoio aos estudantes para sua permanência em uma instituição educacional pública federal. Para além de seu objetivo assistencialista, tem como objetivo fortalecer as políticas de permanência e êxito dos estudantes, sejam nos níveis técnico de nível médio ou superior. Tendo em seu escopo os programas governamentais para essa finalidade, busca-se ir além, objetivando novas atribuições que são delegadas à assistência estudantil, de forma a contribuir para o processo educacional numa perspectiva omnilateral. Este artigo objetiva discutir as possibilidades de atuação dos profissionais da assistência estudantil e de alunos inseridos em projetos de ensino, na educação formal na sociedade contemporânea. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental como estratégia de levantamento de dados, bem como informações trazidas por entrevistas informais dos alunos beneficiados por estes programas, onde se identifica que as possibilidades de atuação da assistência estudantil perpassam por dois moldes básicos: primeiramente pautando-se em uma política seletiva, de cunho financeiro, que reflete em uma educação não emancipadora; e o segundo, de caráter universal, que amplia suas visões para atender o estudante em diversos aspectos: econômico, social, acadêmico e humano, através das parcerias firmadas entre outros setores institucionais, como coordenação de curso, Núcleo de Apoio Pedagógico e Núcleo de Atendimento a Pessoas com necessidades específicas, além de projetos de ensino que conta com monitores voluntários para esse fim. Entendemos esse último modelo como fruto da crescente exigência social contemporânea e da consequente emergência de outras demandas que repercutem no desempenho acadêmico e interferem na permanência dos estudantes de diferentes níveis de ensino. Para tanto, novas funções passam a ser discutidas e atribuídas à assistência ao estudante enquanto atividade meio para garantir o sucesso do processo educacional numa perspectiva mais ampla e menos assistencialista.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, IFTM, Permanência, Êxito..

¹ Mestre em educação, Pedagoga, atua na coordenação de Assistência Estudantil do IFTM – Campus Uberlândia. Email: nisia@iftm.edu.br

² Graduando do Curso de Engenharia Agrônoma do IFTM – Campus Uberlândia, eduardo.paolazzi@estudante.iftm.edu.br;

³ Aluna do 3^a ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFTM – Campus Uberlândia, isabelly.guimaraes@estudante.iftm.edu.br;

⁴ Aluna do 3^a ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFTM – Campus Uberlândia, michelle.jesus@estudante.iftm.edu.br;

⁵ Aluna do 2^a ano do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio do IFTM – Campus Uberlândia, anacarolina.souza@estudante.iftm.edu.br

INTRODUÇÃO

Partindo da Constituição Federal promulgada em 1988, as políticas sociais tomaram maior espaço dentro da agenda política, uma vez que cumprir os direitos sociais das minorias agora passa a ser um direito constitucional adquirido onde o governo tem por obrigação cumpri-lo. Conforme afirma Silva (2012), a partir deste marco o Estado passa a ser agente central das ações sociais, atuando como principal gestor e intervencionista das políticas sociais. Os programas assistenciais são visualizados não mais como políticas de bem-estar e assistencialismo, mas políticas públicas direcionadas ao cumprimento da democracia e cidadania, mostrando-se presentes também nos campos educacionais. Conforme destaca Cavalheiro (2013), a educação é como responsável pela formação e capacitação de trabalhadores, tem assumido também responsabilidades institucionais para enfrentamento das demandas sociais, estabelecendo políticas públicas e programas assistenciais dentro do seu contexto.

No âmbito educacional, os programas sociais têm sido criados com o propósito de auxiliar os estudantes em seu percurso formativo, buscando impedir que estudantes de baixas condições econômicas abandonem os estudos por falta de condições de manutenção e permanência. Este também denominado evasão escolar é um problema público educacional que tem atingido diversas camadas escolares e prejudicado socialmente a população. Por ser um problema de ordem pública e que gera exclusão escolar e por conseguinte atraso ao processo de crescimento e desenvolvimento do país, a evasão escolar tem sido alvo de vários debates e reflexões entre os pesquisadores educacionais, tomando espaço considerável das políticas públicas da educação. Johann (2012), aponta que as dificuldades para acesso e permanência escolar são características básicas do sistema educacional brasileiro, necessitando-se de um diagnóstico que aponte as raízes deste problema para angariar possíveis soluções.

Entretanto, mesmo os estudiosos no assunto deparam-se com dificuldades em discutir a evasão, devido às suas altas taxas e por ser um problema cujas soluções são lentas e difíceis.

Uma vez que, durante muitos anos, o acesso à educação foi priorizado pelas classes de maior poder econômico, percebe-se que essa tradição histórica ainda insiste em nossos dias, tomando novas configurações após o período de Pandemia, caracterizado nos anos de 2020 a 2022. Assim, esforços governamentais têm sido visualizados no

sentido de levar o acesso à educação a todas as classes, efetivando o que diz a legislação sobre a educação ser um direito de todos os cidadãos.

Entretanto, apesar dos progressos na criação de políticas sociais para a educação, estas não podem visualizar apenas avanços numéricos nas matrículas.

Entende-se a necessidade premente de buscar também uma melhoria qualitativa na educação. Não se pode mencionar uma educação de qualidade enquanto o abandono dos estudos estiver tão presente no cenário educacional. É preciso fomentar o acesso à educação para a sociedade, mas também o fortalecimento de programas que deem o sustento necessário àqueles que integram o sistema escolar.

As políticas sociais da educação constituem-se como ponto de partida para a garantia dos direitos sociais, sendo visualizadas como instrumentos para o exercício da cidadania e emancipação social. Todavia, a fim de que esse projeto societário seja efetivado, é necessário que o processo educacional seja democratizado (SILVEIRA, 2012). Nesse sentido, as políticas públicas de assistência ao estudante atuam como importante elemento para a garantia do acesso e permanência à educação.

No âmbito desses programas assistenciais foi criada a assistência estudantil, uma política pública educacional que concede auxílios financeiros, psicológicos e sociais para estudantes de diversos níveis escolares, com vistas a incentivar o estudante a permanecer estudando. A importância dessa assistência, conforme afirma Abreu (2012), é que o programa visa não apenas a inclusão desses estudantes nos processos educativos, como também contribui para a sua inserção no mundo trabalho.

Cavalheiro (2013) destaca que a assistência estudantil pode ser visualizada a partir de sua atribuição como política social, tendo como pressuposto a universalidade de suas ações e se relacionando diretamente à Assistência Social.

Nesse sentido, Abreu (2012) considera que a política de assistência estudantil não pode ser dissociada da política de assistência social, uma vez que ambos os objetivos são comuns.

Alves (2015) ressalta que uma vez que a capacidade intelectual dos estudantes já foi avaliada por meio do processo seletivo de ingresso, seria uma perda irreparável deixar de apoiar os mesmos em seu percurso, seja a nível médio ou em nível universitário.

Em suma, quando se estabelecem políticas assistenciais, a condição socioeconômica deixa de ser um elemento impeditivo à formação profissional. Entretanto, percebe-se que mesmo com esses programas assistenciais a evasão escolar ainda persiste como um problema latente. O que se tem percebido no sistema público da

educação brasileira é que o mesmo ainda permanece excludente e atrasado. As políticas sociais da educação buscam garantir o acesso, mas tem se preocupado pouco com um ensino de qualidade e com a permanência do estudante.

PARA ALÉM DO ASSISTENCIALISMO – PERMANÊNCIA E ÊXITO

A educação brasileira, no que tange o contexto sociocultural, apesar dos esforços, não contempla o direito todos os brasileiros, pois fica claro que nem todo o cidadão tem direito uma educação de qualidade e também as propostas de educação básica e formação técnico-profissional ainda se desvincula de uma proposta democrática na qual se priorize a geração de emprego e renda. Em decorrência das condições da luta pela sobrevivência, em que grande parte da população não tem alternativa a não ser optar pelo trabalho, a política educacional no Brasil apresenta-se atualmente com um forte foco assistencial através de programas direcionados aos diferentes grupos que estão à margem da sociedade.

A esse respeito Almeida dispõe que:

Seja pela dificuldade de se conciliar trabalho e escola seja pela perda de atrativo social da escola no que diz respeito às possibilidades reais de ascensão social via estudos ou ainda, em razão de que as alterações na esfera da produção acabaram por deslocar certos processos de qualificação da mão de obra, através de conhecimentos e informações, da escola para as próprias unidades produtivas ou por todos os fatores combinados, o fato é que a escola vinha se esvaziando qualitativa e quantitativamente de forma cada vez mais acelerada. (Almeida, 2000, p.73)

Diante das considerações do autor, é notório um quadro extremamente injusto tanto no que se diz respeito às oportunidades de acesso aos níveis de ensino, quanto no campo da qualidade de oferta de serviços educacionais existentes no país. Pode-se ainda constatar que as condições sócio-econômicas dos alunos das Instituições Federais de ensino tecnológico (IFs) refletem a realidade a que é submetida à população brasileira.

Essas desigualdades sócio-econômicas tem sido um desafio para as instituições de ensino de todos os níveis e para a própria sociedade, pois faz parte do processo de democratização, e as mesmas tem como intuito reduzir essas desigualdades. O processo de democratização não se pode reduzir somente ao acesso a educação gratuita, visto que se torna necessário a criação de mecanismos que garantam a permanência dos estudantes provenientes de segmentos pauperizados e que apresentam dificuldades de prosseguirem em seus estudos. Torna-se essencial repensar uma política de assistência efetiva que além da qualidade do ensino seja dada condições de acesso e permanência dos estudantes

nessas instituições, como: moradia, alimentação, saúde, esporte cultura e lazer – pilares estes constituintes da Assistência Estudantil em seu núcleo base.

Neste sentido, visando suprir a necessidade de formação profissional, científica e tecnológica de cidadãos, oferecendo-lhes a oportunidade de se prepararem para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, criado a partir da Lei 11.892/2008 tem como um dos aspectos relevantes de sua atuação a formação humana integral, condição essencial para o exercício pleno da cidadania.

O programa de Assistência Estudantil do IFTM traz em sua base uma política pública de auxílio a estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social, e que se materializa em serviços de moradia, transporte, auxílios financeiros, serviços de saúde, alimentação e cultura. O principal objetivo do programa é auxiliar a permanência estudantil, evitando problemas que possam prejudicar o estudante em seu percurso formativo.

Os resultados de investigação interna no IFTM – Campus Uberlândia sobre fatores que contribuem para a permanência, demonstram a existência de fatores individuais – intrínsecos ao estudante – e institucionais, associados à permanência, conforme evidenciado nos estudos realizados:

Todos os aspectos evidenciados pelos participantes da pesquisa que favorecem a permanência do aluno na escola estão todos relacionados com aspectos internos à instituição [...] como: o perfil/desempenho do corpo docente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas. (SOUZA, 2016, p.28)

Evidencia-se pelo exposto, que a responsabilidade institucional não se limita apenas à relação professor aluno; existem outros componentes que influenciam para a permanência do estudante, sendo que na expressão “recursos e estruturas físicas escolares” supomos estarem contidos os serviços e auxílios ofertados no âmbito da Assistência Estudantil. O processo de *ensino e aprendizado* requer o envolvimento dos diversos atores institucionais na busca de estratégias que efetivem os dispositivos legais, especialmente a LDB/1996 e o PNAES/2010, os quais preconizam o princípio da igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes. Sendo estes (os estudantes) o alvo principal do processo educativo, portanto, a instituição deve cuidar em lhes proporcionar um ambiente no qual se sintam bem.

Discussões em torno da (Re)significação do Ensino Brasileiro (BRASIL, 2023) corroboram a face assistencial da educação, quando sugere como propostas de

enfrentamento aos desafios do Ensino em todas suas vertentes, a que a escola repense o modelo de seleção, que garanta estrutura de suporte, atendimento psicossocial e a formação integral ao educando.

A Assistência Estudantil, como dimensão assistencial da política de educação se sobressai como estratégia de permanência dos estudantes, é gestada nas reclamações dos próprios estudantes por estruturas que lhes assegure o direito à educação escolarizada. Porque carrega na denominação a palavra “assistência” não pode ser confundida com assistência social e também, da mesma forma que a Assistência Social, não pode ser reduzida a mera provisão material (SOUZA, 2016).

METODOLOGIA - A BUSCA PELO TRABALHO DIFERENCIADO

De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o IFTM – Campus Uberlândia oferta cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos e de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*; desenvolve projetos de pesquisa e extensão voltados às comunidades locais e ao desenvolvimento regional, além de contar com a parceria de outros campi, interligados a reitoria situada em Uberaba – MG, no objetivo de ofertar educação profissional técnica de nível médio e superior aos mais diversos públicos.

Neste sentido, um dos órgãos atuantes junto aos alunos é a Coordenação de Assistência Estudantil. No Campus Uberlândia esta é composta por duas servidores: uma Pedagoga e Uma Assistente Social, que ligadas à Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGEAE), atua em diversas modalidades de apoio institucional, dentre elas os programas de Assistência e Auxílio Estudantil.

Entendendo-se a importância dos trabalhos realizados em uma política de Assistência Estudantil, esta coordenação pauta-se no levantamento numérico dos dados quantitativos obtidos durante a realização dos processos de Validação e Análise das inscrições nos editais dos Programas de Assistência Estudantil do IFTM – Campus Uberlândia.

Neste sentido, nossa principal ferramenta é o diálogo com os estudantes que procuram o setor. O Programa, apresenta-se literalmente de Portas Abertas, sendo este setor um local onde o estudante procura informações diversas e proporciona uma vivência estreita com as servidoras ali localizadas. Trata-se de um trabalho no âmbito Pedagógico, no sentido de apoiar o estudante, em um espaço onde se sinta acolhido e encontre não só

as respostas para seus questionamentos mas também a possibilidade de encaminhamento de seus anseios e dúvidas para outros setores responsáveis.

O QUE NOS MOSTRAM OS NÚMEROS

Em um trabalho conjunto com o Núcleo de Apoio Pedagógico, à Coordenação de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas e Coordenação Geral de Atendimento ao Educando, procura envolver os estudantes, para que este acolhimento seja a porta de entrada para buscar outros pontos de apoio, não só em questões sócio econômicas mas também nos aspectos longitudinais do processo de Ensino Aprendizagem.

Os trabalhos realizados no setor compõem também a análise sócio econômica dos estudantes inscritos em seus editais, através de dados obtidos das inscrições dos candidatos. O principal dele nos delega aos objetivos do IFTM – Campus Uberlândia, cumprindo sua missão social do perfil de renda dos Estudantes Matriculados.

A partir de questionário respondido no ato da matrícula, temos uma base de números referentes à renda per capita baseando-se no salário mínimo vigente no início de 2024. Os relatórios de Perfil dos alunos, apesar de extensos demonstram dados importantes:

Nível do Curso	Categoria do Curso	Questão respondida sobre renda	Faixa de Renda	Quantidade
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	De 0 a 0,5 salários mínimos	33
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	De 0,5 a 1,0 salários mínimos	67
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	138
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	De 1,5 a 2,5 salários mínimos	94
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	De 2,5 a 3,0 salários mínimos	64
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	De 3,0 a 3,5 salários mínimos	36
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Qual a sua renda familiar?	Maior que 3,5 salários mínimos	76
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 0,5 SM e 1 SM	34
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 1 SM e 1,5 SM	59
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 1,5 SM e 2,5 SM	40
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 2,5 SM e 3 SM	32

EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Mais do que 3 SM	49
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Menor do que 0,5 SM	12
EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Renda familiar:	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	De 0 a 0,5 salários mínimos	8
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	De 0,5 a 1,0 salários mínimos	14
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	45
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	De 1,5 a 2,5 salários mínimos	26
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	De 2,5 a 3,0 salários mínimos	17
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	De 3,0 a 3,5 salários mínimos	11
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Qual a sua renda familiar?	Maior que 3,5 salários mínimos	19
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 0,5 SM e 1 SM	15
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 1 SM e 1,5 SM	19
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 1,5 SM e 2,5 SM	22
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 2,5 SM e 3 SM	7
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Mais do que 3 SM	17
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Menor do que 0,5 SM	5
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda familiar:	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda familiar:	De 2,5 a 3,0 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO BÁSICA	FIC	Renda familiar:	Maior que 3,5 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 0 a 0,5 salários mínimos	37
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 0,5 a 1,0 salários mínimos	34
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	90
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 1,5 a 2,5 salários mínimos	49
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 2,5 a 3,0 salários mínimos	43
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 3,0 a 3,5 salários mínimos	15
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	Maior que 3,5 salários mínimos	52
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 0,5 SM e 1 SM	9
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 1 SM e 1,5 SM	12
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 1,5 SM e 2,5 SM	12
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 2,5 SM e 3 SM	7
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Mais do que 3 SM	15
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS DE GRADUAÇÃO	Renda familiar:	De 0,5 a 1,0 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 0 a 0,5 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 0,5 a 1,0 salários mínimos	1
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	9
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 1,5 a 2,5 salários mínimos	2
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 2,5 a 3,0 salários mínimos	10
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	De 3,0 a 3,5 salários mínimos	2
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Qual a sua renda familiar?	Maior que 3,5 salários mínimos	4

EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Entre 2,5 SM e 3 SM	1
EDUCAÇÃO SUPERIOR	CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos (SM).	Menor do que 0,5 SM	1
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Qual a sua renda familiar?	De 0 a 0,5 salários mínimos	1
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Qual a sua renda familiar?	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	3
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Qual a sua renda familiar?	De 1,5 a 2,5 salários mínimos	3
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Qual a sua renda familiar?	De 2,5 a 3,0 salários mínimos	1
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Qual a sua renda familiar?	De 3,0 a 3,5 salários mínimos	1
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Qual a sua renda familiar?	Maior que 3,5 salários mínimos	3
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Renda familiar:	De 0 a 0,5 salários mínimos	1
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Renda familiar:	De 0,5 a 1,0 salários mínimos	1
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Renda familiar:	De 1,0 a 1,5 salários mínimos	2
EXTENSÃO	EXTENSÃO	Renda familiar:	Maior que 3,5 salários mínimos	3

Tabela 01 – dados de renda familiar de alunos matriculados no ano de 2024 – Fonte: Sistema AE NOVO – Sistema Virtual do IFTM – Campus Uberlândia

Os dados obtidos no sistema Virtual do IFTM – Vinculado à Coordenação de Acompanhamento e Registro Acadêmico do Campus Uberlândia demonstram a vulnerabilidade dos alunos matriculados que responderam ao questionário socioeconômico no ato de sua matrícula ou rematrícula. Estes dados reforçam os apontamentos realizados.

Durante os editais de Assistência Estudantil realizados no início do ano de 2024 temos os seguintes números pontuados abaixo:

	DATA	EDITAL						total
ANÁLISE	09/04/2024 a 23/04/2024	01-2024 Socioeducacional - Assistência Estudantil - Nível Médio	02-2024 - Socioeducacional - Assistência Estudantil - Nível Superior	03-2024 - Auxílio Alimentação - Nível Médio	04-2024 - Auxílio Alimentação - Nível Superior	05-2024 - Auxílio moradia - Nível Médio	06-2024 - Auxílio moradia - Nível Superior	
ENTREVISTA		39 (entrevistas realizadas e concluídas)	10 (entrevistas realizadas e concluídas)	40 (entrevistas realizadas e concluídas)	10 (entrevistas realizadas e concluídas)	20 (entrevistas realizadas e concluídas)	10 (entrevistas realizadas e concluídas)	129
DEFERIDAS		209(67,85%)	104 (65%)	194(66,21%)	99(72,26%)	6(13,33%)	20 (45,45%)	632
INDEFERIDAS		99(32,15%)	56(35%)	99(33,79%)	38(27,74%)	39(86,67%)	24(54,55%)	355
PENDENTES		-	-	-	-	-	-	
TOTAL		308	160	293	137	45	44	987
Recurso		13	5	8	5	1	1	33
Vagas Edital		65	27	149	50	4	4	299

Tabela 02 – Quantitativo de vagas e inscrições analisadas – deferidas e indeferidas dos editais de Assistência Estudantil do IFTM – Campus Uberlândia – 1º Semestre de 2024

Os dados apontados demonstram ainda a importância dos programas de Assistência Estudantil no âmbito do IFTM para a maioria de seus alunos, atendendo às demandas inerentes à renda per capita de 1,5 salários mínimos – considerada aceita nos programas.

Essa situação revela que o número ofertado de bolsas na instituição ainda é insuficiente para atender as demandas existentes de alunos em situação de vulnerabilidade econômica. Conforme explicado pela instituição, a oferta de bolsas se dá conforme a disponibilidade de recursos advinda do Governo Federal, sendo que a instituição não tem o poder de ampliar a oferta destas conforme as suas próprias constatações.

Assim como destacado as causas para a evasão escolar, tais como dificuldades de se manter no ensino, com meios para tal, sendo estes: transporte, alimentação e materiais escolares e outros, também é importante considerar as causas que levam os alunos a não abandonarem o curso, isto é, entender quais fatores contribuem para a permanência dos alunos na instituição.

Conforme dados das pesquisas informais realizadas, é importante analisar se existe e como se dá a relação entre a assistência estudantil e a permanência dos alunos do IFTM – Campus Uberlândia, dados estes que revelam que as principais motivações para a permanência do aluno estão relacionadas a três elementos, sendo elas: o “Ensino de Qualidade” ofertado pelo IFTM, às “Oportunidades Profissionais” alcançadas com a certificação técnica e à própria “Assistência Estudantil”, considerada pelos entrevistados como estímulo à continuação dos estudos.

Percebe-se que o benefício da assistência estudantil produz no aluno um sentimento de independência, dando-lhe a sensação de aumento de sua autonomia, pois

ao possuir recursos para custear suas necessidades, o aluno passa a depender menos dos pais quanto ao aspecto financeiro também perceptível quanto a sua autonomia e isonomia, preocupando-se menos com elementos financeiros e priorizando mais sua vida acadêmica. Estes dados já nos dão elementos suficientes para a reflexão do papel da Assistência Estudantil na vida dos alunos do IFTM – Campus Uberlândia.

O QUE APRENDEMOS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se a visão de Pacheco (2011) o objetivo central dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia “[...] não é formar um profissional para o mercado, mas, sim, um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico

quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso” e de acordo como o Plano de Desenvolvimento Institucional:

O IFTM, instituição escolar ligada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promove iniciativas e estratégias específicas para as políticas de atendimento aos discentes em seus câmpus, nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro, em consonância com as demandas educacionais brasileiras voltadas para a formação integral para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho (PDI IFTM, 2014-2018, p. 153).

Atentos à heterogeneidade de pensamentos, de formas de enxergar o mundo, a vida dos adolescentes e jovens participantes que compõem o corpo discente do IFTM Campus Uberlândia, respeitando as características que lhes são próprias, consideramos este estudo como ponto de partida posto a possibilidade de, através de breve análise de dados, detectarmos as diversas fragilidades institucionais (problemas de convivência/relações interpessoais; superlotação do transporte; poucas aulas práticas e pouca utilização de laboratórios; ausência de atividades culturais e de organização estudantil) e colhemos respostas capazes de embasar o trabalho – de modo particular da equipe da Assistência Estudantil, tendo por base sua proximidade com os estudantes mediante as ações deste setor, que busca proporcionar os meios de superação das dificuldades de permanência, através da melhoria e do redirecionamento dos projetos já existentes, atentando para o respeito às singularidades e diversidades que povoam o espaço institucional.

É claro não se esgota aqui a análise dos fatores institucionais, dos fatores individuais que influenciam para a permanência. Os resultados obtidos indicam novas possibilidades de investigação, dado o dinamismo do contexto de uma unidade educativa que congrega diferentes modalidades e níveis de ensino não se pode prender aos determinantes visibilizados por um quantitativo de alunos específicos.

Concluimos com a certeza de que há uma carga de trabalho imensa para ser conduzida, mas, o peso dessa carga pode ser aliviado e o caminhar se tornar mais fácil de ser feito, pela união daqueles e daquelas que, com compromisso e responsabilidade, lutam em defesa dos direitos, da igualdade, da equidade, da justiça

REFERÊNCIAS

ABREU, E. M. C. A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica do Maranhão: avaliação do processo de implementação. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

ALMEIDA, NEY LUIZ TEIXEIRA DE . O serviço social na educação. IN: REVISTA INSCRITA N06. Conselho federal de serviço social, 2000, p.19-24.

ALVES, J. M. . Assistência Estudantil no âmbito da política de ensino superior pública. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 5, p. 15-35, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm> Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgado em 05 de outubro de 1998.

BRASIL. **Lei N09394/96 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/03/LEIS/19394.htm>> Acesso em: 05 out. 2023.

CAVALHEIRO, J. S. O programa nacional de assistência estudantil nos institutos federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcance, perspectivas e desafios. 2013. 257f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/pdi/arquivos/pdi2014_2018.pdf> Acesso em: 06 abril. 2024

JOHANN, C. C.; Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. Brasília: **Moderna**, 2011.

SILVA, F. C. da. Assistência Social e Cultura Política: o processo de uma política em construção. 129f. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

TEIXEIRA, NEY LUIZ DE . O serviço social na educação. IN: REVISTA INSCRITA N06. Conselho federal de serviço social, 2000, p.19-24.